

CNPJ/MF Nº 04.552.973/0001-94
NIRE 31 3000 1695-1

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
(RCF) Nº 002/2022
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2022**

Em 25 de novembro de 2022, às 10:00 horas, foi realizada, por meio virtual com o uso do software Microsoft Teams, Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Ibiritermo S.A., com a presença dos conselheiros titulares Flavia Dias Pelosi, Marcus Freitas de la Peña e Mariana Schirmer de Paula Couto, além da Diretora Presidente Sra. Aline Dias Leonardi e do Diretor Administrativo Sr. Marcelo Ferreira Pelegrini.

Ordem do dia:

- (i) Apreciação das Demonstrações Financeiras intermediárias, de 30 de setembro de 2022, da Ibiritermo S.A., auditadas pela KPMG Auditores Independentes e avaliadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – CAECO em sua 106ª Reunião e;
- (ii) Apreciação do Plano de Trabalho e Calendário das reuniões do período 2022/2023.

Deliberação:

- (i) A Diretora Presidente, Sra. Aline Dias Leonardi, apresentou as Demonstrações Financeiras Intermediárias, de 30/09/2022, da Ibiritermo S.A. (Anexo 1) as quais foram apreciadas pelo CAECO, em 11/11/2022, e aprovadas pela Diretoria Executiva (Ata RDE nº 011/2022), em 21/11/2022, sendo que o Conselho Fiscal não identificou pontos relevantes que pudessem alterar a base patrimonial e o resultado da Sociedade.

- (ii) O Conselho Fiscal apreciou e aprovou a proposta do Plano de Trabalho do colegiado do período de 2022/2023, bem como o calendário das reuniões (Anexo 2).

Rio de Janeiro/RJ, 25 de novembro de 2022

Flavia Dias Pelosi

Flavia Dias Pelosi
Presidente do Conselho Fiscal
(assinado digitalmente)

Mariana Schirmer De Paula Couto
Mariana Schirmer De Paula Couto (13 de Fevereiro de 2023 09:42 GMT-3)

Mariana Schirmer de Paula Couto
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

Marcus Freitas de la Peña
Marcus Freitas de la Peña (10 de Fevereiro de 2023 17:02 GMT-3)

Marcus Freitas de la Peña
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

Anexo 1: Demonstrações Financeiras intermediárias de 30/09/2022;

Anexo 2 – Plano de Trabalho 2022/2023.

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -
Petrobras)

**Demonstrações financeiras
intermediárias condensadas
em 30 de setembro de 2022**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Aos Administradores e aos Acionistas da
Ibitermo S.A.
Ibirité - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Ibitermo S.A. (“Companhia”) em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2022, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Ênfases

Transações relevantes com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras intermediárias condensadas. Dessa forma, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Término do contrato de ECC

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras, que descreve que o contrato de arrendamento financeiro da Usina Termelétrica de Ibitité foi encerrado em 31 de maio de 2022 e a partir dessa data a operação da Companhia (arrendador) será encerrada e a arrendatária do contrato será responsável em honrar os passivos da Companhia. Em decorrência desse assunto, a base contábil de continuidade operacional não é apropriada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, tomadas em conjunto.

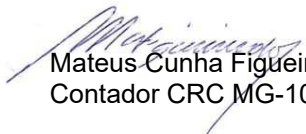


Período anterior não revisado

Chamamos a atenção para o fato de que não revisamos o balanço patrimonial da Companhia em 30 de setembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma conclusão sobre eles. Também, não executamos procedimentos de revisão sobre as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, apresentadas como informação suplementar.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

Ibiritermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Set/22	Dez/21	PASSIVO	Set/22	Dez/21
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.888	Fornecedores	263	42
Arrendamento mercantil faturado	6	-	Obrigações trabalhistas	-	463
Arrendamento mercantil a faturar	6	-	IRPJ e CSLL a recolher	7	7.289
Contas a Receber - Partes Relacionadas	11	107	Demais Impostos e contribuições a recolher	7	65
Impostos a recuperar		1.182	Dividendos a Pagar		-
Demais ativos circulantes		<u>2</u>	Outros passivos circulantes	11	40
Total do ativo circulante	29.179	109.967	Valores a pagar a partes relacionadas		<u>-</u>
			Total do passivo circulante	368	23.506
Não circulante			Não circulante		
Imobilizado	<u>16</u>	<u>208</u>	Imposto de Renda Diferido	10	<u>-</u>
Total do ativo não circulante	16	208	Total do passivo não circulante	-	14.307
			Patrimônio líquido		
			Capital social	7.649	7.649
			Reserva de Lucros	21.178	64.713
			Total do patrimônio líquido	28.827	72.362
Total do ativo	29.195	110.175	Total do passivo + Patrimônio líquido	29.195	110.175

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022		2021 Não revisado	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receita Operacional				
Receitas operacionais sobre o arrendamento mercantil, líquidas	6	18.290	29.835	-
Resultado bruto operacional		18.290	29.835	-
Juros sobre arrendamento mercantil	6	-	2.516	3.429
Resultado financeiro operacional		-	2.516	3.429
Outros resultados financeiros				
Receitas financeiras		559	2.737	244
Despesas financeiras		(124)	(124)	(0)
Variações monetárias sobre arrendamento mercantil	6	-	326	1.060
Variações cambiais sobre arrendamento mercantil, líquidas	6	-	(418)	542
Outras variações cambiais, líquidas		-	-	(69)
Resultado bruto das operações financeiras		436	5.037	5.275
Outras receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	8	(1.245)	(6.893)	(1.069)
Depreciação e amortização		(4)	(18)	(9)
Impostos, taxas e contribuições		(27)	(490)	(350)
Outras receitas (despesas) operacionais	6	213	8.805	4.112
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.662	36.275	7.959
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	10	(4.111)	(25.908)	(9.751)
Diferido	10	(1.120)	14.307	7.228
Lucro líquido do período		12.431	24.674	5.436

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022		2021	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Lucro líquido do exercício	12.431	24.674	5.436	18.150
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período, líquido de impostos	<u>12.431</u>	<u>24.674</u>	<u>5.436</u>	<u>18.150</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibiritermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital Social			Reserva de Lucros				
	Subscrito	A integralizar	Total	Lucros a realizar	Reserva Legal	Dividendo adicional proposto	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	7.652	(3)	7.649	52.020	1.530	60.000	-	121.199
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	18.150	18.150
Dividendos do exercício anterior pagos	-	-	-	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Em 30 de setembro de 2021	7.652	(3)	7.649	52.020	1.530	-	18.150	79.349
Em 31 de dezembro de 2021	7.652	(3)	7.649	-	1.530	63.183	-	72.362
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.674	24.674
Dividendos propostos (R\$8,26 por ação integralizada)	-	-	-	(5.026)	-	-	-	(5.026)
Dividendos do exercício anterior pagos	-	-	-	-	-	(63.183)	-	(63.183)
Retenção de Lucros	-	-	-	24.674	-	-	(24.674)	-
Em 30 de setembro de 2022	7.652	(3)	7.649	19.648	1.530	-	-	28.827

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Set/22	Set/21 Não revisado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	24.674	18.150
Ajustes por:		
Variações cambiais sobre arrendamento mercantil	6 (418)	(58)
Variações monetárias sobre arrendamento mercantil	6 (326)	(5.283)
Juros sobre arrendamento mercantil	(2.516)	(12.704)
Variações cambiais sobre outras contas	-	69
Depreciação e amortização	18	26
IRPJ e CSLL	10 11.601	8.578
Resultado na alienação de imobilizado	16	-
	33.049	8.778
Variação no capital circulante		
Arrendamento mercantil faturado - parte relacionada	6 10.422	11.908
Recebimento principal - arrendamento mercantil	6 45.845	29.028
Recebimento de encargos financeiros - arrendamento mercantil (juros recebidos)	6 4.210	25.855
Contas a Receber - Partes Relacionadas	11 (94)	(1)
Impostos a recuperar	(1.182)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	14	(50)
Fornecedores	221	527
Impostos, taxas e contribuições	7 (1.308)	1.257
Outros passivos circulantes	(37)	(318)
Valores a pagar partes relacionadas	11 (2.262)	(671)
Obrigações trabalhistas	(463)	75
	88.415	76.388
Caixa líquido gerado (usado) pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social pagos	10 (33.197)	(28.687)
	55.218	47.701
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Venda de imobilizado e intangível	157	-
	157	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(80.208)	(78.000)
	(80.208)	(78.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(24.833)	(30.299)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	52.721	53.574
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	27.888	23.275
	(24.833)	(30.299)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Set/22	Set/21 Não revisado
Receitas			
Juros sobre arrendamento mercantil	6	2.516	12.704
Outras receitas operacionais sobre o arrendamento mercantil		<u>38.640</u>	<u>14.265</u>
		41.156	26.969
Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços prestados por terceiros	8	(2.064)	(2.223)
Gastos administrativos		(168)	(1.100)
		<u>38.924</u>	<u>23.646</u>
		38.924	23.646
Depreciação e Amortização		(18)	(26)
		<u>38.906</u>	<u>23.620</u>
		38.906	23.620
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		<u>2.643</u>	<u>6.118</u>
		41.550	29.738
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Salários		(3.652)	(749)
Benefícios		(281)	(1.290)
F.G.T.S.		<u>(728)</u>	<u>(87)</u>
	8	(4.661)	(2.126)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(12.055)	(9.359)
Estaduais		(6)	(6)
Municipais		<u>(30)</u>	<u>(27)</u>
		(12.091)	(9.392)
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		<u>(124)</u>	<u>(70)</u>
		(124)	(70)
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		(5.025)	(18.150)
Lucros retidos		<u>(19.649)</u>	<u>-</u>
		(24.674)	(18.150)
		(41.550)	(29.738)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ibitermo S.A. (“Ibitermo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado criada em 27 de junho de 2001, tendo como objeto social o desenvolvimento, construção, propriedade, operação, manutenção e exploração de uma central termelétrica no Município de Ibité, Minas Gerais. A Companhia fez parte do PPT - Programa Prioritário de Termoelectricidade do Governo Federal, cuja capacidade de geração de energia fica disponibilizada sob demanda, definida pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico.

A Companhia atingia os seus objetivos através do “ECC” (*Energy Conversion Contract*) assinado com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), que previa o pagamento mensal pela disponibilização da planta, o que representava seu faturamento independente da geração de energia. O pagamento era calculado baseado em uma tarifa acordada entre as partes de forma a cobrir todos os custos e despesas da Companhia, em conformidade com o referido contrato (*Project Finance*)

O ECC celebrado com a Petrobras S.A. possuía essência econômica sendo compatível com as características de arrendamento mercantil financeiro, uma vez que transferia para o arrendatário o controle e acesso, os riscos e os benefícios de uso da planta. Desta forma, a Companhia, como arrendadora, reconheceu o saldo a receber relativo ao arrendamento mercantil financeiro e baixou o ativo imobilizado. O contrato de ECC foi encerrado em 18 de agosto de 2022.

Em 2012 a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), através da Resolução 506/12, determinou - dentre outros assuntos - que a propriedade das instalações de interesse sistêmico ao Sistema de Distribuição (Subestação, Barramento, Instalações de Proteção, Comando e Controle) deve ser transferida para a concessionária de distribuição de energia acessada. A Usina é operada pela Petrobras, sob denominação de Usina Termelétrica de Ibité e, com base nos termos e condições do contrato de arrendamento anteriormente mencionado, a concessionária (distribuidora) que deverá receber os ativos é a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais).

Essa transferência está em fase de estudos junto à CEMIG, visando o atendimento desta Resolução. O tema está sendo tratado em conjunto entre as sociedades arrendadora e arrendatária sendo que, qualquer decisão sobre o atendimento desta Norma deve ser aprovada pela Ibitermo S.A. A Administração não espera impactos contábeis relevantes em decorrência deste assunto uma vez que tais ativos foram baixados quando da contabilização dos recebíveis do contrato de arrendamento.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 2.2, a Administração tem a intenção de cessar os negócios da entidade com o fim do ECC, portanto, a base contábil de continuidade operacional não é apropriada. A Administração pretende transformar a companhia em uma entidade dormente. Portanto, ao elaborar essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a Administração considerou os impactos na realização dos seus ativos não financeiros de acordo com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos e dos seus ativos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros e sobre o cumprimento de certas obrigações pelos valores reconhecidos de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Apesar de não requerida para a Companhia, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 31 de janeiro de 2022. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.2 Continuidade operacional

Término do contrato de ECC

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia atingia seus objetivos através do “ECC” (*Energy Conversion Contract*) assinado com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), que prevê o pagamento mensal pela disponibilização da planta. Este contrato constituía a única fonte de receita da Companhia.

O ECC previa inicialmente uma vigência de 20 anos com seu término previsto para 31 de maio de 2022. Durante o processo de transmissão das Ações, foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Conversão de Energia “ECC”, cujo objeto é a postergação do prazo do ECC até o fechamento da Transferência de Ações de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações (“CCVA”) e o Termo de Consolidação do Compromisso de Transferência da Usina (“TCT”), também celebrado em 31 de maio de 2022, em vigor a partir de 1º de junho de 2022 e com término na Data de Fechamento, conforme previsto no CCVA, ocorrido em 18 de agosto de 2022.

Durante a vigência deste Aditivo, a PETROBRAS pagou à Ibitermo os Pagamentos Mensais, de acordo com as seções 15 e 16 do ECC, sendo a Tarifa aplicável a mesma do mês de maio de 2022, podendo ser *pro rata die* dependendo da data em que o Prazo do ECC efetivamente se expirar.

Com o término do referido Acordo, a Petrobras S.A. assumiu o controle integral da Companhia e também adquiriu seus ativos, conforme previamente estipulado pelo ECC pelo valor simbólico de R\$1,00. Desse modo, a partir da transferência das ações e da transferência da Usina mencionados acima, a Petrobras S.A., como controladora, irá respaldar a Companhia no cumprimento de suas obrigações financeiras, caso se faça necessário. Neste sentido, a partir da conclusão dos atos previstos no CCVA e TCT, a Companhia permanece sem operações e não há planos de a Administração retomar as operações da Companhia em um futuro previsível.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto.

2.3 Políticas contábeis e divulgações

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

4 Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

A descrição detalhada e a política da Companhia sobre os instrumentos financeiros e o gerenciamento de riscos é apresentada na nota explicativa nº 2.7 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais não apresentam alterações relevantes em 30 de setembro de 2022.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	-	100
Aplicações financeiras	<u>27.888</u>	<u>52.621</u>
	<u>27.888</u>	<u>52.721</u>

Os saldos de caixa e bancos da Companhia e as aplicações financeiras são classificados como Caixa e equivalentes de caixa.

O saldo do Caixa e equivalentes de caixa é oriundo das atividades operacionais da Companhia. As aplicações financeiras possuem liquidez diária, estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor e estão apresentadas com base nos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos de aproximadamente 100% do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários que representam o seu valor justo na data do balanço.

Em 30 de setembro de 2022, a aplicação financeira está concentrada no Banco Santander no montante de R\$27.888 (R\$ 52.621 em 31 de dezembro de 2021).

6 Arrendamento mercantil

O arrendamento mercantil é composto como segue:

	30/09/2022	31/12/2021
Arrendamento faturado – Petrobras (a)	-	11.372
Arrendamento a faturar – Petrobras (b)	-	45.845
Total Circulante	-	57.217
Total	-	57.217

- (a) **Arrendamento faturado - Petrobras** - Refere-se ao valor a receber mensal previsto no contrato ECC (Nota 1), acrescido de reembolso de impostos incidentes sobre a receita e gastos administrativos e possui prazo de vencimento de aproximadamente 20 dias úteis, referente à disponibilização da planta para a Petrobras. O saldo apresentado refere-se a uma parcela a receber nos respectivos períodos apresentados acima.
- (b) **Arrendamento a faturar - Petrobras** - Refere-se ao contrato ECC, reconhecido como arrendamento mercantil no balanço, o qual representa o valor presente dos recebimentos mínimos futuros previstos no contrato ECC.

A movimentação no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentada como segue:

Arrendamento mercantil a faturar	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	45.845	128.693
Juros sobre arrendamento	2.516	15.239
Outras receitas operacionais sobre arrendamento mercantil (a)	29.835	-
Recebimento das outras receitas incorridas no exercício	(29.835)	-
Variações cambiais sobre arrendamento, líquidas	(418)	157
Variações monetárias sobre arrendamento	326	6.735
Receita financeira recebida (juros recebidos)	(4.210)	(31.295)
Amortização da parcela principal	(44.059)	(73.684)
Saldo final	-	45.845

- (*) Este saldo é atualizado pelo Índice Geral de Preços para o Mercado (IGP-M).
- (a) **Outras Receitas operacionais sobre arrendamento mercantil:** Refere-se ao aditivo do contrato de ECC. O contrato foi encerrado em Maio, porém a conclusão da aquisição da Petrobras ocorreu apenas em 18/08/2022. No período de Junho a Agosto houve emissão de ND para recebimento destas receitas.

A Companhia não possui valores residuais não garantidos que resultem em benefício para a mesma no final do contrato de ECC.

Os valores dos impostos, gastos reembolsáveis e outros itens registrados no resultado, na rubrica “Outras receitas operacionais, líquidas” em 30 de setembro de 2022 e 2021 são apresentados como seguem:

	3 meses Jul à Set/2022	9 meses findos em 30/09/2022	3 meses Jul à Set/2021 Não revisado	9 meses findos em 30/09 /2021 Não revisado
Reembolso de impostos incidentes sobre a receita	-	5.816	3.140	9.435
Impostos incidentes sobre a receita	-	(5.816)	(3.140)	(9.435)
Reembolso de gastos administrativos	-	8.789	4.691	13.873
Outros	213	16	(579)	392
Outras receitas (despesas) operacionais	213	8.805	4.112	14.265

O reembolso de impostos incidentes sobre a receita e reembolso de gastos administrativos são contabilizados pelo regime de competência, eliminando o efeito dos mesmos sobre o resultado. A apuração do valor reembolsado é efetuada com base na estimativa de despesas considerada no cálculo inicial do valor presente do arrendamento. A referida estimativa sofre variação cambial do Dólar Norte Americano, do Euro e a variação do IGP-M do ECC.

7 Tributos sobre o lucro e demais impostos, taxas e contribuições

Os impostos, taxas e contribuições apresentado no balanço é como segue:

	30/09 /2022	31/12/2021
IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	-	5.010
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	2.279
Total dos tributos incidentes sobre o lucro	-	7.289
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	538
PIS - Programa de Integração Social	-	116
Impostos sobre contrato C.E.O. *	-	613
Outros	65	106
Total dos demais impostos e contribuições a recolher	65	1.373
Total dos impostos, taxas e contribuições	65	8.662

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CIDE sobre a contratação do CEO da Edison.

A Companhia, baseada na interpretação do contrato ECC, adotou durante a sua vigência o regime de não cumulatividade (9,25%) para fins de tributação do PIS e COFINS, que foram pagos com base no faturamento mensal do contrato ECC, essas apurações incidiram em impostos a recuperar, cuja expectativa da Companhia é compensar até o termino do exercício de 2022, parte substancial do valor.

8 Despesas administrativas

As despesas administrativas registradas nas demonstrações de resultado para os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 são apresentadas como segue:

	3 meses Jul à Set/2022	9 meses findos em 30/09/2022	3 meses Jul à Set/2021 Não revisado	9 meses findos em 30/09/2021 Não revisado
Despesas com pessoal	(393)	(4.661)	(671)	(2.126)
Serviços contratados	(805)	(2.064)	(63)	(2.223)
Gastos com projetos sociais	(30)	(88)	(304)	(997)
Demais despesas adm eoperacionais	<u>(17)</u>	<u>(80)</u>	<u>(31)</u>	<u>(103)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(1.245)</u>	<u>(6.893)</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(5.449)</u>

9 Contingências

9.1 Tributária

A Companhia não apresenta em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 nenhum saldo de provisão para cobrir possíveis perdas uma vez que, com base em opinião de seus assessores legais, não existem demandas judiciais que irão requerer uma provável saída de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 havia uma contingência de natureza tributária no montante de R\$722. Em 30 de setembro de 2022 este processo encontra-se transitado em julgado com desfecho totalmente favorável à Ibitermo.

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2022 não há saldo de imposto diferido, pois não constam na apuração diferenças temporárias para tal reconhecimento. E 31 de dezembro de 2021, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue, com sua total reversão em 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(14.307)
Adições e exclusões temporárias	42.079
Alíquota	34%
IRPJ e CSLL	14.307
Realização de IRPJ e CSLL	(14.307)
Saldo em 30 de setembro de 2022	-

b. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A reconciliação entre o imposto de renda e contribuição social nominal com o efetivo registrado no resultado é como segue:

	3 meses Jul à Set/2022	9 meses findos em 30/09/2022	3 meses Jul à Set/2021 Não revisado	9 meses findos em 30/09/2021 Não revisado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.662	36.274	7.959	26.729
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social nominais	<u>(6.005)</u>	<u>(12.333)</u>	<u>(2.706)</u>	<u>(9.088)</u>
Deduções por Incentivos Fiscais – Doações	30	59	303	997
Diferenças permanentes	<u>744</u>	<u>(673)</u>	<u>(120)</u>	<u>(488)</u>
Total imposto de renda e contribuição social apurados	<u>(5.231)</u>	<u>(11.601)</u>	<u>(2.523)</u>	<u>(8.578)</u>
Corrente	(4.111)	(25.908)	(9.751)	(28.687)
Diferido	<u>(1.120)</u>	<u>14.307</u>	<u>7.228</u>	<u>20.109</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(5.231)</u>	<u>(11.601)</u>	<u>(2.523)</u>	<u>(8.578)</u>

	9 meses findos em 30/09/2022	9 meses findos em 30/09/2021 Não revisado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	36.274	26.729
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social nominais	<u>(12.333)</u>	<u>(9.088)</u>
Deduções por Incentivos Fiscais – Doações	99	997
Diferenças permanentes	<u>(40)</u>	<u>(488)</u>
Total imposto de renda e contribuição social apurados	<u>(11.601)</u>	<u>(8.578)</u>
Corrente	(25.908)	(28.687)
Diferido	<u>14.307</u>	<u>20.109</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(11.601)</u>	<u>(8.578)</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social está representado por 7.651.814 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, como segue:

Acionista	Participação	Quantidade de ações		
		Total	Integralizado	A integralizar
Petrobras	100	7.651.814	7.648.762	3.052
		7.651.814	7.648.762	3.052

Por deliberação dos acionistas, tomada em Assembleia Geral, poderão ser criadas ações preferenciais nominativas sem direito a voto, até o limite permitido por lei, com as preferências e vantagens que lhe forem atribuídas na emissão.

O capital a integralizar remanescente em 30 de setembro de 2022, no valor de R\$3 refere-se a uma área de 442 m² que se encontra em processo judicial de usucapião.

b. Reserva legal

Em 30 de setembro de 2022 e dezembro de 2021, a reserva está constituída até o limite legal de 20% do capital social (R\$1.530).

c. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2021 foram distribuídos a título de dividendos intercalares o montante de R\$ 12.000. Na Assembleia geral de acionistas em 30 de junho de 2022, foi aprovado a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.183 relativas ao exercício anterior e aprovação da destinação de R\$ 5.025 do período com a saída da Edison da sociedade. Esses valores foram pagos até 30 de setembro de 2022.

d. Reservas de lucros a realizar e lucros acumulados

	Reserva de lucros a realizar	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	52.020	-	52.020
Lucro líquido do exercício	-	18.150	18.150
Em 31 de setembro de 2021	52.020	18.150	70.170
Em 31 de dezembro de 2021	63.183	-	63.183
Lucro líquido do período	-	24.674	24.674
Dividendo intermediário aprovado	-	(5.025)	(5.025)
Dividendos adicionais propostos	(63.183)		(63.183)
Em 30 de setembro de 2022	-	19.649	19.649

A reserva de lucros a realizar referia-se à parcela não realizada do resultado constituída de acordo com o artigo 197 da Lei nº 6.404/76. O valor total de R\$52.020 em 31 de dezembro de 2020 refere-se, substancialmente, ao impacto do reconhecimento inicial do arrendamento mercantil. As movimentações nessa reserva são decorrentes das variações do arrendamento mercantil a receber e demais resultados cujo prazo de realização financeira ocorrerá após o término do exercício social seguinte. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$52.020 foi apropriado como dividendos adicionais propostos considerando a proposta da Administração de distribuição de dividendos em decorrência da realização financeira, sendo pagos em 2022.

O saldo de Lucros de R\$19.64 em 30/09/2022 aguarda definição da Administração para destinação.

13 Benefícios a empregados

Em 30 de setembro de 2022, as despesas com benefícios a empregados totalizam R\$ 4.661 (R\$2.126 em 2021) e referem-se substancialmente a salários, férias, 13º salário, encargos sociais. Nesse montante estão inclusas as contribuições da Companhia ao plano de contribuição definida para os empregados no valor de R\$113 (R\$109 em 09/2021) e a remuneração de dirigentes, descrita na Nota 11.b, no montante de R\$ 457.

Além dos benefícios acima, em 30 de setembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.660 relativo às indenizações trabalhistas a pagar em função do desligamento em massa ao final do contrato de ECC, conforme Nota 2.2. Estas indenizações incluem as verbas rescisórias previstas em lei juntamente com um pacote de benefícios definidos no P.D.A. (Plano de Demissão Assistido). Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de maio de 2022 e prevê o pagamento de um bônus além do pagamento adicional dos atuais benefícios oferecidos a todos os seus funcionários (Auxílio Farmácia, Assistência Médica, dentre outros) por um prazo de 12 (doze) meses após o desligamento. O pagamento destes benefícios ocorrerá em parcela única.

14 Seguros

De acordo com o contrato ECC, o seguro para cobertura de eventuais perdas está sob a responsabilidade da Petrobras que inclui a Companhia na sua apólice de Seguro Corporativo de Riscos Operacionais que visa cobrir os riscos sobre seus ativos, compreendendo máquinas, equipamentos e instalações.

* * *

Diretoria

Aline Dias Leonardi
Diretora Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo

Responsável Técnico

Ricardo Rosati
Contador (CRC2SP022708-O-4)

PLANO DE TRABALHO DO CONSELHO FISCAL DA IBIRITERMO S.A.

Conselheiros:

Flavia Dias Pelosi

Marcus Freitas de la Penha

Mariana Schirmer de Paula Couto

ATIVIDADES			
1	Conhecimento da Sociedade e do Setor em que está inserida	Periodicidade	Mês
1.1	Apresentação institucional	1ª reunião do CF	setembro-22
1.2	Acompanhar a execução do Plano de Negócios (PAN) e PNG	trimestral	outubro/2022 até abril/2023
1.3	Acompanhar o processo de encerramento da empresa	trimestral	outubro/2022 até abril/2023
2	Funcionamento do Conselho Fiscal	Periodicidade	Mês
2.1	Elaborar calendário anual de reuniões do colegiado	1ª reunião do CF	22/09/22, 25/11/22, 12/12/22 (Regimeno Interno) e março/23
2.2	Aprovar este plano de trabalho na 1a reunião do Conselho Fiscal (resgistrar em Ata)	1ª reunião do CF	25/11/22
2.3	Avaliar eventual necessidade de alteração ou criação do Regimento Interno do Conselho Fiscal	anual	12/12/2022
2	Fiscalização dos Atos de Gestão	Periodicidade	Mês
2.1	Examinar as atas das reuniões de Assembleia Geral de Acionistas, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Sociedade.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
2.2.	Examinar se os atos de gestão praticados pelos colegiados de Conselho de Administração e Diretoria Executiva estão aderentes às competências estipuladas no Estatuto Social.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
2.3	Acompanhar as modificações do estatuto da Sociedade e regimentos internos dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
3	Desempenho Econômico-Financeiro	Periodicidade	Mês
3.1	Análisar os balancetes ou demonstrativos contábeis do período, comparando-os com o mês anterior e/ou mesmo período do ano anterior, com ênfase nos principais indicadores econômico-financeiros e operacionais e na evolução das principais rubricas.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
3.2	Exame do registro de ativos fiscais diferidos - crédito tributário	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
3.3.	Acompanhamento do planejamento financeiro (fluxo de caixa) e a execução dos investimentos programados para o ano.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
3.4	Acompanhar a estrutura de capital, o endividamento de curto prazo e de longo prazo, comparando concorrentes e indústria	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
3.5	Discutir com a administração o seu julgamento quanto ao valor dos ativos registrados nos demonstrativos e o seu real valor produtivo ("teste de impairment");	trimestral	agosto/2022 até abril/2023

ATIVIDADES			
4	Execução Orçamentária	Periodicidade	Mês
4.1.	Acompanhar a execução dos investimentos programados para o ano, caso aplicável.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
4.2.	Acompanhar a execução orçamentária, do Programa de Dispêndios Globais (PDG - caso aplicável), se houver, e das razões dos principais desvios dos valores realizados frente aos projetados.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
4.3.	Acompanhar a execução dos orçamentos de operação programados para o ano, examinando as razões de eventuais desvios entre os fluxos de caixa projetados nos exercícios anteriores e os realizados no exercício	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
5	Estrutura de Controle	Periodicidade	Mês
5.1.	Acompanhar o atendimento às recomendações ou determinações do Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria-Geral da União - CGU em processos de fiscalização e auditoria, prestação de contas ou tomada de contas especial (caso aplicável).	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
5.2.	Conhecer o plano da auditoria interna para 2023 e acompanhar a sua execução	trimestral	jan até abril/2023
5.3.	Analisar o parecer e os relatórios emitidos pela Auditoria Independente	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
5.4.	Verificar se as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis com o mercado e estão devidamente registradas contabilmente e evidenciadas em notas explicativas, quando aplicável	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
5.5.	Examinar o parecer e relatórios do comitê de auditoria e da área de conformidade e riscos sobre a gestão de riscos empresariais e conformidade	anual	dez/22
5.6.	Reunir-se com a auditoria independente, o comitê de auditoria (quando houver) e auditoria interna, ao menos um vez por ano, de forma apartada	anual	abr/23
6	Adimplência da Sociedade	Periodicidade	Mês
6.1.	Acompanhar a adimplência a compromissos financeiros, bem como a regularidade junto à Receita Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, CADIN, INSS e FGTS.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
7	Compras e alienações	Periodicidade	Mês
7.1.	Examinar as aquisições e contratações da sociedade, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
7.2.	Tomar conhecimento das vendas relevantes de ativos da companhia e atendimento aos requisitos legais.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
8	Gestão de Risco Corporativo	Periodicidade	Mês
8.1.	Avaliar a evolução dos passivos contingentes (cível, trabalhista, tributário, ambiental, dentre outros), o risco de perda e as medidas de natureza jurídica adotadas pela empresa (CPC 25).	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
8.2.	Acompanhar a evolução dos benefícios pós-empregos, principalmente quanto à situação do plano de saúde e situação atuarial do fundo de pensão dos empregados com foco em prováveis impactos contábeis e financeiros nas demonstrações contábeis (CPC 33 e CGPAR 22 e 23).	Não aplicável	Não aplicável
8.3.	Monitorar as aplicações financeiras de longo prazo e as garantias concedidas e recebidas.	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
8.4.	Monitorar as provisões para devedores duvidosos, riscos ambientais e regulatórios, ambiente tributário, riscos diretos e indiretos, fiscalizações e autuações	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
8.5.	Examinar a gestão e o cumprimento dos compromissos advindos de concessões e licenças, quando aplicável;	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
9	Ouvidoria e Canal de Denúncias	Periodicidade	Mês
9.1.	Acompanhar junto à Administração as denúncias relativas a violação ao código de conduta, às políticas e normas da organização da empresa, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração	trimestral	agosto/2022 até abril/2023

ATIVIDADES			
10	Relação com Agências, Órgãos Reguladores e o Mercado Acionário	Periodicidade	Mês
10.1	Conhecer os resultados das fiscalizações realizadas pelos órgãos reguladores (ex. ANEEL e ANP)	trimestral	agosto/2022 até abril/2023
11	Transparência	Periodicidade	Mês
11.1	Acompanhar as obrigações especiais de transparência, com conteúdo e forma conforme a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16 e Decreto nº 8.945/16): informações obrigatórias disponibilizadas na internet, a saber: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Política de Divulgação de Informações, Política de Partes Relacionadas e Política de Dividendos	anual	abril-23
12	Matérias submetidas à Assembleia Geral	Periodicidade	Mês
12.1	Opinar sobre o relatório da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria Independente.	anual	março-23
12.2	Opinar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.	anual	março-23
12.3	Manifestar-se sobre propostas de modificação do capital social, de reestruturação societária e outras matérias de competência do conselho fiscal (art. 163 da Lei 6.404/76)	eventual (quando ocorrer)	eventual (quando ocorrer)
13	Demais Atividades	Periodicidade	Mês
13.1	Acompanhar a execução das metas do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) de empregados e Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração) e a sua aderência aos dispositivos legais.	Não aplicável	Não aplicável
13.2	Acompanhar as pendências demandadas pelo Conselho Fiscal	trimestral	setembro/2022 até abril/2023
13.3	Realizar a avaliação de desempenho do Conselho Fiscal	anual	dezembro-22

Fonte: Adaptado do Manual do Conselheiro Fiscal do Tesouro Nacional e do Guia de Orientação do IBGC para o Conselho Fiscal










Ata RCF IBT N° 002.22 de 25.11.2022 DFs3TRI


Relatório de auditoria final


2023-02-13


Criado em:	2023-02-10
Por:	Lizandra Sena Da Silva (lizandra.silva.prestserv@petrobras.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAIpnJpZMbpySRU8rTtcl1T5vNyA_mPIEC


Histórico de "Ata RCF IBT N° 002.22 de 25.11.2022 DFs3TRI"


-  Documento criado por Lizandra Sena Da Silva (lizandra.silva.prestserv@petrobras.com.br)
2023-02-10 - 17:45:50 GMT
-  Documento enviado por email para marcuslapena@petrobras.com.br para assinatura
2023-02-10 - 17:48:22 GMT
-  Email visualizado por marcuslapena@petrobras.com.br
2023-02-10 - 20:00:51 GMT
-  O signatário marcuslapena@petrobras.com.br inseriu o nome Marcus Freitas de la Peña ao assinar
2023-02-10 - 20:02:20 GMT
-  Marcus Freitas de la Peña (marcuslapena@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2023-02-10 - 20:02:22 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Marcus Freitas de la Peña (marcuslapena@petrobras.com.br)
Data da assinatura: 2023-02-10 - 20:02:22 GMT - Fonte da hora: servidor
-  Documento enviado por email para Mariana Schirmer De Paula Couto (marianaschirmer@petrobras.com.br) para assinatura
2023-02-10 - 20:02:23 GMT
-  Email visualizado por Mariana Schirmer De Paula Couto (marianaschirmer@petrobras.com.br)
2023-02-13 - 12:39:49 GMT
-  Mariana Schirmer De Paula Couto (marianaschirmer@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2023-02-13 - 12:42:29 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Mariana Schirmer De Paula Couto (marianaschirmer@petrobras.com.br)
Data da assinatura: 2023-02-13 - 12:42:29 GMT - Fonte da hora: servidor

 Documento enviado por email para Flavia Pelosi (flavia.pelosi@petrobras.com.br) para assinatura
2023-02-13 - 12:42:30 GMT

 Email visualizado por Flavia Pelosi (flavia.pelosi@petrobras.com.br)
2023-02-13 - 13:11:45 GMT

 Flavia Pelosi (flavia.pelosi@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2023-02-13 - 13:13:59 GMT

 Documento assinado eletronicamente por Flavia Pelosi (flavia.pelosi@petrobras.com.br)
Data da assinatura: 2023-02-13 - 13:13:59 GMT - Fonte da hora: servidor

 Contrato finalizado.
2023-02-13 - 13:13:59 GMT